

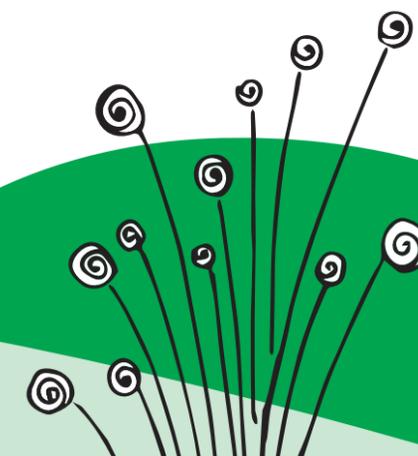
Projeto Caminhos para a Autonomia





Projeto
Caminhos
para a
Autonomia

2023



Sumário

1. Abertura	4
2. O contexto brasileiro: avanços e desafios para o acolhimento e desacolhimento institucional de crianças e adolescentes	6
3. Em debate: esforço intersetorial é fundamental para abordar acolhimento institucional de crianças e adolescentes	10
4. O Projeto Caminhos para a Autonomia	16
4.1. Motivações iniciais	18
4.2. Novas rotas: a pandemia de Covid-19	20
4.3. A chegada dos(as) adolescentes	21
4.4. A autonomia e a importância do lugar do erro	22
4.5. Educação financeira: as bolsas pedagógicas	24
4.6. Estratégias, atividades e temáticas desenvolvidas	25
4.6.1. Os atendimentos individuais e personalizados	26
4.6.2. As oficinas e propostas em grupo	28
4.7. Relacionamento com parceiros	30
4.8. Aprendizados e resultados	32
5. Expediente	37



“
**Encontrei
novas pessoas,
novos amigos,
uma nova
família.**
Alguém com quem posso contar,
falar das minhas dores,
expressar minha opinião,
dizer o que sinto sem
ter julgamentos nem lamentos.
Em meio à multidão,
sempre procurei a minha casa.
E hoje eu sei que casa não se resume
a lugares, quatro paredes.
Casa é sobre pessoas.
É sobre se sentir bem no ambiente.
É sobre ter vocês ao nosso lado e, assim,
poder cultivar boas lembranças...”

(adolescente participante do Projeto
Caminhos para a Autonomia)

1 Abertura



O Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que é “*dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária*” de crianças e adolescentes.

Considerando, portanto, que se trata de uma responsabilidade coletiva, a **Fundação Projeto Travessia**, nasce em 1995, como uma organização social que visa defender e promover a garantia dos direitos das crianças e adolescentes em situação de risco. Por meio de ações pedagógicas, do fortalecimento dos vínculos familiares e da valorização das potencialidades das crianças e dos(as) adolescentes, a Fundação busca continuamente desenvolver sua missão junto à sociedade em geral, combatendo as violações a que esses(as) cidadãos(ãs) estão expostos(as).

Nessas quase três décadas, a organização investe na articulação de parcerias necessárias para oferecer atendimento qualificado a esse público. Em sua trajetória, elaborou, implantou e geriu cerca de 30 projetos, com os mais variados eixos de ação na defesa e garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Um deles é o **Projeto Caminhos para a Autonomia**, realizado de setembro de 2021 a agosto de 2023, em cinco regiões da cidade de São Paulo (SP) – Vila Prudente, Itaim Paulista, Butantã, Pinheiros e Pirituba – em parceria com os **Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs)** e as **Casas Lares** desses territórios, tendo como principal objetivo promover o preparo de adolescentes, entre 15 e 18 anos, para que sejam desacolhidos(as) de forma segura e qualificada.

O desenvolvimento de atividades pedagógicas é um processo de acompanhamento individual e coletivo que visa com que os(as) participantes estejam aptos(as) à travessia para a vida em família e comunidade com autonomia.

O **Projeto Caminhos para a Autonomia** chama atenção para uma temática ainda pouco debatida e/ou mal executada no Brasil: o processo de desacolhimento de adolescentes que se encontram em situação de acolhimento institucional no país, afastados(as) dos cuidados de suas famílias temporária ou permanentemente.

Assim, a presente publicação visa compartilhar os percursos, os aprendizados e as experiências vividas nesse período, bem como os resultados da iniciativa

contados a partir da voz dos(as) adolescentes e dos(as) educadores(as) que estiveram presentes ao longo do caminho.

Para dar luz ao tema, a publicação traz um contexto inicial sobre como o assunto é abordado por importantes diretrizes, como o ECA, além de um breve panorama da situação dos acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes no Brasil.

Em seguida, Dayse Cesar Franco Bernardi, psicóloga, pesquisadora e formadora na área dos direitos protetivos de crianças e adolescentes pela Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente (NECA), explora, em uma entrevista, o cenário atual das políticas públicas de acolhimento, os principais desafios enfrentados por adolescentes que se veem próximos(as) de completar 18 anos e, com isso, terem que se desligar dos Serviços de Acolhimento, entre outros importantes aspectos.

Já no capítulo “O Projeto Caminhos para a Autonomia”, são exploradas as trilhas percorridas pela equipe de educadores(as) sociais, os principais objetivos da proposta, as estratégias e metodologias utilizadas, as atividades promovidas com os(as) adolescentes e os principais desafios e aprendizados da experiência.

Esperamos que, ao compartilhar essa história, possamos incentivar e inspirar novas iniciativas para a construção conjunta e colaborativa de novos futuros aos(as) adolescentes do país.

Boa leitura!



O QUE SÃO OS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES (SAICAs) E AS CASAS LARES?

Ambos são Serviços de Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, de ambos os sexos, inclusive com deficiência, em situação de proteção e/ou risco pessoal, social e de abandono, cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados(as) de cumprir sua função de cuidado e proteção.

O objetivo dos Serviços é de acolher e garantir proteção integral aos(as) acolhidos(as). Ambos possuem educadores(as) e equipe técnica composta por psicólogo(a) e assistente social.

Devem ter aspecto semelhante ao de uma residência, promover autonomia e convívio com a comunidade, estarem inserido em áreas residenciais e utilizar equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

DIFERENÇAS ENTRE SAICAs E CASAS LARES

As Casas Lares comportam um número menor de acolhidos(as) do que os SAICAs e são, particularmente, adequadas ao atendimento a grupos de irmãos(ãs) e a crianças e adolescentes com perspectiva de acolhimento de média ou longa duração.

Os SAICAs possuem uma equipe maior de educadores(as) que se revezam em turnos. Já a equipe da Casa Lar é composta por educador(a) (ou casal) residente em uma casa que não é a sua e que permanece dia e noite com as crianças e adolescentes.



2 O contexto brasileiro:

avanços e desafios para o acolhimento e desacolhimento institucional de crianças e adolescentes



Debater o acolhimento e o desacolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil demanda a compreensão de que, apesar do arcabouço legal já construído para garantir os direitos desses indivíduos, o que acontece na prática diverge, em muitos casos, das determinações de leis e diretrizes.

O **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)** reforça, no parágrafo 1º de seu Artigo 101, que *“o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.”*

Dessa forma, a condição de pobreza não se configura como motivo para o acolhimento. Entretanto, pesquisas e estudos, como **Os Abrigos para Crianças e Adolescentes e o Direito à Convivência Familiar Comunitária**, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2005, apontam que a falta de recursos materiais da família/responsável é o principal motivo de acolhimento de crianças e adolescentes.

Já o **Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC/MDS**, realizado pelo Ipea em 2003, analisou o perfil de 589 instituições de acolhimento e as 20 mil crianças e adolescentes acolhidos(as), ao que constatou se tratar de uma maioria de meninos (58,5%), afrodescendentes (63%) e com idade entre 7 e 15 anos (61,3%), além de 86,7% terem família e 58,2% manterem vínculos familiares.





O **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC)**, elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em 2006, aponta, justamente, que os vínculos familiares e comunitários são fundamentais para a estruturação de crianças e adolescentes como sujeitos e cidadãos(ãs), ao passo que sua manutenção está diretamente relacionada ao investimento nas políticas públicas de atenção à família, em oposição e buscando romper com a cultura de institucionalização.

Apesar do contexto desafiador, o relatório institucional **Situação das Políticas Públicas de Proteção Especial para Crianças e Adolescentes no Brasil**, divulgado pelo Ipea em maio de 2021, analisou como determinações do PNCFC promoveram evoluções para as instituições de acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) entre 2006 e 2018.

Um dos pontos de avanço, por exemplo, foi na articulação das instituições de acolhimento com as comunidades nas quais estão inseridas. Com a determinação do PNCFC de que crianças e adolescentes permanecem até 18 meses nas instituições e não mais indefinidamente, como ocorria nos antigos orfanatos e abrigos, diminuiu de 30,4%, em 2010, para 22,5%, em 2018, o índice de acolhidos(as) que ficavam por mais de dois anos. No mesmo período, também houve redução da taxa de acolhidos(as) a cada 100 mil habitantes: de 65,6% para 59,1%.

Apesar do aumento da cobertura da oferta, já que, em 2018, 36,1% dos municípios contavam com algum Serviço de Acolhimento – que cobriam 80,3% da população brasileira –, 3.560 municípios, a maioria de menor porte, não ofereciam qualquer tipo de oferta de serviço.

Outro desafio é a questão do encaminhamento dos(as) adolescentes institucionalizados(as) ao completarem 18 anos: eles(as) podem voltar para a casa de suas famílias, seguir um caminho próprio com um aluguel independente, por exemplo, ou ocupar uma vaga nas chamadas **Repúblicas Jovens**.



REPÚBLICAS JOVENS consistem em uma modalidade do Serviço de Acolhimento que oferece apoio e moradia subsidiada a jovens de 18 a 21 anos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados. São pessoas em processo de desligamento de instituições de acolhimento, encaminhadas pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Poder Judiciário, que não têm possibilidade de retorno à família de origem ou de colocação em família substituta e que não possuem meios para autossustentação.

Segundo a **Nota Técnica 91**, publicada pelo Ipea, em janeiro de 2021, os resultados da implantação dos serviços de repúblicas para egressos dos Serviços de Acolhimento por terem alcançado a maioria são pouco alentadores. Em 2018, existiam apenas 30 unidades desse serviço em todo o Brasil, localizadas em 19 municípios (em 9 estados e 3 regiões).

Naquele ano, o Censo SUAS não registrou nenhuma unidade nas regiões Norte e Centro-Oeste, o que está em flagrante desacordo com as Orientações Técnicas (Brasil, 2009), segundo as quais o serviço deve ser ofertado em localidades próximas às unidades onde os(as) jovens estavam acolhidos(as). Repúblicas distantes dificultam, ainda que os serviços forneçam os meios necessários para isso, que os(as) jovens visitem seu antigo município, a fim de que sejam mantidos seus laços de convivência.

O **Projeto Caminhos para a Autonomia** buscou, justamente, dialogar com essa realidade complexa com o objetivo de promover experiências e vivências que preparem os(as) adolescentes para o retorno familiar ou para sua emancipação, pensando na inserção desses(as) adolescentes em novos espaços, como no mundo do trabalho, por exemplo, mas também despertando a motivação, a reflexão e a ação para viver plenamente a adolescência, fase tão essencial da vida para o seu desenvolvimento enquanto sujeito e cidadão(ã).

CONFIRA AS PESQUISAS E ESTUDOS CITADOS NO TEXTO:

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 1990. <https://bit.ly/2Fomg2Z>

Levantamento Nacional de **Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC/MDS** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2003. <https://bit.ly/3nvOv8f>

Os Abrigos para Crianças e Adolescentes e o Direito à Convivência Familiar e Comunitária - Ipea, 2005. <https://bit.ly/3AVyPyg>

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) - Conanda e CNAS, 2006. <https://bit.ly/3PUyMLN>

Situação das Políticas Públicas de Proteção Especial para Crianças e Adolescentes no Brasil - Ipea, 2021. <https://bit.ly/4293x31>

Nota Técnica 91 - Ipea, 2021. <https://bit.ly/44ujlJN>





Em debate:

esforço intersetorial
é fundamental para
abordar acolhimento
institucional
de crianças e
adolescentes

Entender todas as variáveis que envolvem a temática do acolhimento e desacolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil está longe de ser uma tarefa fácil.

Como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é preciso olhar esses sujeitos em todas as suas dimensões (intelectual, física, afetiva, social, cultural, etc.). Portanto, é fundamental pensar no acesso à saúde e à educação de qualidade, oferta de uma alimentação balanceada, direito ao lazer, à cultura e aos esportes, respeito às individualidades, entre inúmeras outras questões.

Mas, afinal, qual é a atual situação dos Serviços de Acolhimento no Brasil? Eles respondem a todos esses aspectos, além de preparar os(as) adolescentes para o desacolhimento? Quais desafios os(as) adolescentes enfrentam quando completam 18 anos e precisam sair dos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs)? Qual é o papel da família, da sociedade e do Estado na garantia e no zelo pelos direitos de crianças e adolescentes?

Para refletir e debater a respeito, a **Fundação Projeto Travessia** conversou com a especialista na área da infância e adolescência Dayse Cesar Franco Bernardi, psicóloga, pesquisadora e formadora na área dos direitos protetivos de crianças e adolescentes pela Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente (NECA), conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e membro do Grupo Gestor do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária. Confira a seguir.



Dayse Cesar Franco Bernardi, psicóloga, pesquisadora e formadora na área dos direitos protetivos de crianças e adolescentes



Fundação Projeto Travessia: *Qual é o cenário atual das políticas públicas de acolhimento de crianças e adolescentes no Brasil? Quais têm sido os principais avanços e os desafios ainda evidentes?*

Dayse Bernardi: Apesar de o relatório institucional **Situação das Políticas Públicas de Proteção Especial para Crianças e Adolescentes no Brasil**, lançado em maio de 2021 pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), ter mostrado que os Serviços de Acolhimento avançaram no seu reordenamento, ainda temos uma quantidade considerável de acolhimentos sendo realizados em função da pobreza, que, muitas vezes, é atravessada por outras formas de desigualdades, como as de classe, de gênero e de etnia. Além disso, mantemos um quadro de acolhimentos de crianças de determinadas famílias que acabam sendo justificados pelo termo genérico “negligência”. Ela ocorre quando a criança ou o(a) adolescente não é efetivamente cuidado(a), mesmo existindo condições para tal. Isso significa que existe intencionalidade. Só que, excequando-se casos que de fato possam ter indicadores críveis da negligência, observamos que a grande maioria acaba sendo acolhida pelas condições de pobreza que se manifestam por muitas formas, como o adoecimento psíquico, o uso de substâncias psicoativas pelos pais, a falta de habitação, de emprego e de estabilidade.

FPT: *O maior índice de acolhimento em razão da pobreza é justamente o que mostra o levantamento Os Abrigos para Crianças e Adolescentes e o Direito à Convivência Familiar e Comunitária, lançado pelo Ipea, em 2005, que também apontou a pobreza como a principal dificuldade para*

o retorno das crianças e adolescentes acolhidos. Essa situação se mantém?

Dayse: A **Nota Técnica 91**, de janeiro de 2021, que atualizou os dados da pesquisa de 2005, mostra que essa situação se mantém e que há, inclusive, a tentativa de um debate nacional sobre uma medida preventiva ao acolhimento e incentivo ao retorno seguro à família de origem, que é a guarda subsidiada para a família extensa [aquela que vai além dos pais, formada por parentes próximos com os quais a criança ou o(a) adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade].

A medida, que está prevista no ECA, mas não é tipificada, tem algumas experiências exitosas que mostram que, com uma ajuda econômica aliada ao acompanhamento e orientação, há uma possibilidade de retorno seguro da criança ou do(a) adolescente acolhido(a) para a família extensa. Muitas vezes, existe um vínculo afetivo e identidade familiar, mas os parentes não têm recursos para receber uma, duas ou três pessoas a mais.

FPT: *Você avalia, então, que é importante manter esses vínculos?*

Dayse: É importante — e um desafio — manter os vínculos afetivos nutridos com as pessoas com as quais a criança ou o(a) adolescente tenha identificação, o que se aplica não só à família natural, mas também à família extensa, porque isso facilita a possibilidade de retorno. Por outro lado, se for mantido um regime de visitas fechado, uma vez por semana, restrito só ao pai e à mãe, a relação daquela criança com seus tios, padrinhos, vizinhos e amigos se esvai. Precisamos ampliar a conceituação do que é o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É nos laços comunitários que é possível trabalhar, por exemplo, a autoestima dos(as) adolescentes. Ou seja, a partir da recuperação do pertencimento a grupos entre semelhantes, como ensinar o(a) adolescente a gostar de si mesmo.

FPT: *De que forma a institucionalização e a desinstitucionalização de crianças e adolescentes são abordadas em normativas como o ECA?*

Dayse: Existem algumas medidas de proteção anteriores ao acolhimento que poderiam ser aplicadas a partir de uma rede intersetorial para

garantir o acesso aos direitos fundamentais desse público. O ECA é muito claro ao afirmar que medidas de acolhimento, seja familiar ou institucional, são excepcionais, somente para casos em que a criança ou o(a) adolescente está correndo risco de vida, física e psicologicamente. Quando vamos analisar os motivos de acolhimento, percebemos que eles se prendem só à família, mas temos mais dois entes responsáveis pelas crianças e adolescentes: a sociedade e o Estado. A violência estrutural de Estado não é computada como motivo de acolhimento.

FPT: *E como você avalia que a sociedade falha na proteção e garantia de direitos das crianças e adolescentes?*

Dayse: Temos uma sociedade muito negligente, pois o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), por exemplo, deveria desenhar a política de atendimento, mas precisa ser nutrido por informações organizadas a partir do diagnóstico do município, como análise do direito à convivência familiar e comunitária e à proteção integral. Todas essas informações passam necessariamente pelos conselhos tutelares, cujo sistema de dados, o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA), deveria fornecer um retrato sobre quando o conselho tutelar é acionado ou precisa tomar uma ação para evitar acolhimentos. O que ocorre hoje é que esse estudo para poder mostrar o quanto, de fato, há uma violação de direito, não é feito, porque a **Lei 12.1000, de 2009**, torna tudo isso um processo judicial contencioso, no qual a família pode se defender do que está sendo acusada. O caso, portanto, só chega à equipe técnica do poder judiciário depois da medida aplicada, e não antes.

Então, a equipe que antes fazia um estudo técnico para indicar se a medida deveria ser de acolhimento ou não, não o faz mais por acreditar que ele deveria ser realizado pelo CREAS [Centro de Referência Especializado de Assistência Social], que, por sua vez, não o realiza por entender que é uma judicialização de sua ação. Teoricamente, se todas as medidas anteriores ao acolhimento fossem aplicadas, a família já deveria estar no CREAS, que é o lugar que trabalha vínculos já rompidos ou em vias de. Isso acaba não acontecendo. Assim, muitas vezes, o

acolhimento é feito a partir do julgamento do conselho tutelar, e não do poder judiciário.

FPT: *Quais são os aprimoramentos necessários quando falamos em dados e informações sobre acolhimento e desacolhimento no Brasil?*

Dayse: Precisamos ter um registro dos acolhimentos que se repetem, ou seja, há um processo de desacolhimento e, posteriormente, novo acolhimento da mesma criança. Além disso, existe uma grande solicitação da sociedade civil, inclusive do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), para que o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento passe a registrar os casos de adoção mal-sucedida, já que há muitas devoluções das crianças adotadas, o que não é feito, pois, do ponto de vista legal, é um novo abandono. E também os casos de retorno à família de origem que não deram certo, para os quais geralmente observamos que não houve acompanhamento. É como se considerássemos que, uma vez que a criança ou o(a) adolescente volta para a família está tudo resolvido, e não está.

Há todo um processo de readaptação, de elaboração psíquica, inclusive, porque, em muitos casos, a família foi acusada de negligente, mas a criança não sentia isso. E quando volta para casa, pensa que aí sim os pais foram violentos e negligentes por terem permitido que ficasse fora de casa durante tanto tempo. São muitas as questões a serem acompanhadas e, por isso, falo sobre a importância de um serviço de saúde mental muito conectado à realidade de crianças e adolescentes em acolhimento.

FPT: *E quanto à preparação do(a) adolescente para sair do acolhimento ao completar 18 anos? Como a questão da autonomia se relaciona a tudo isso? É um tema que deve ser cuidado pelos Serviços de Acolhimento?*

Dayse: Os Serviços de Acolhimento teriam que trabalhar a possibilidade da autonomia desde a hora que a criança entra no Serviço, até o momento que sai. Como vou esperar que um(a) jovem seja autônomo(a) e capaz de se colocar livremente na vida se, durante todo o tempo, ele(a) foi “preso(a)” sem poder sair sozinho(a), receber ou visitar um amigo ou ir a festas? A autonomia deve ser abordada como um conceito



ampliado, de se sentir mais seguro(a) diante dos desafios da vida. É necessário pensar na dignidade e integridade dessas pessoas, que não se reduzem a aprender um trabalho e se manter economicamente.

Então, como o Serviço de Acolhimento aborda o pertencimento dessa pessoa que é um(a) cidadão(ã) do município? Ele(a) já foi a um cinema ou teatro? Conhece o parque perto do acolhimento? Sabe sobre as escolas de dança, luta, natação? Que acesso ele(a) tem à cultura e ao esporte, que também são direitos fundamentais?

FPT: *Quais os desafios enfrentados pelos(as) adolescentes que se veem no momento de serem desligados(as) do acolhimento?*

Dayse: Os(as) jovens não têm esse acompanhamento pós-saída do Serviço de Acolhimento quando a grande maioria atinge a maioridade e volta para a família. Quando não tem essa família, vai para a rua porque sai despreparado(a), não só do ponto de vista de ter um trabalho, mas também por não ter tido a oportunidade de desenvolver seus talentos.

Muitas vezes, a sociedade capitalista pensa que a única maneira de se tornar um adulto é trabalhar. Só que, para tal, ele(a) precisa do autoconceito, aptidões e habilidades desenvolvidas, além de saber fazer escolhas, usar o dinheiro e se colocar em relações sociais. Saber administrar, seja o dinheiro, o tempo ou a casa, também é um processo de aprendizagem necessário. Ele(a) morava em um lugar coletivo, onde tinha tudo pronto. O(a) jovem precisa ter uma ajuda econômica até que possa se desenvolver em um emprego e continuar estudando algo que goste, que tenha relação com seu potencial e que seja viável.

Com isso, trabalha-se o conceito não só de *sobrevivência*, mas de uma *vivência* que seja boa, o que não significa necessariamente ter muito dinheiro, mas saber viver dentro da sua possibilidade econômica. Ou seja, evitar o uso do dinheiro de maneira impulsiva, mas também não seguir o outro lado, no qual o pensamento “sou pobre, não mereço nada, então não posso gastar”, resulta em um comportamento de poupar ao máximo e viver situações de penúria, como se as descobertas da vida e o prazer

fossem proibidos. É necessário mostrar o emprego como condição de vida, e não a vida para o trabalho, já que muitos podem pensar que “só serão alguém” se trabalharem muito.

FPT: *Quais impactos essa mudança tem no processo de desenvolvimento dos(as) adolescentes?*

Dayse: São muitos. Eu diria que o primeiro deles é separar-se das pessoas com as quais o(a) jovem criou relações de referência e confiança. Ou seja, que depois dessa saída do Serviço, o(a) jovem possa retornar para rever e conversar com os(as) educadores(as), com o(a) psicólogo(a), com o(a) assistente social e com os(as) colegas que lá continuam. Outro ponto é justamente como e onde os(as) jovens, que saíram do acolhimento, se reúnem. Experiências fora do Brasil mostram associações de ex-acolhidos(as), além de fundações e programas do governo que proveem apoio a esses grupos por se preocuparem com a questão emocional e do pertencimento, reforçando que não estão sozinhos(as) e que mais pessoas viveram a mesma experiência. Que eles(as) possam ter espaço para se encontrar, fazer um churrasco, cantar, compor. São coisas que mantêm a afetividade.

Também é necessário que os Serviços de Acolhimento trabalhem o tema da sexualidade. Do ponto de vista psíquico, muitos(as) adolescentes se sentem adultos(as) quando se tornam pais ou mães, com o desejo de ser a família que não tiveram. Assim, se isso não é trabalhado pelo Serviço ou na escola, haverá reprodução de um ciclo que é de violência, eu diria, com a maternidade e paternidade precoces. Crianças e jovens precisam ser orientados no sentido de entender que o prazer e a sexualidade fazem parte da vida, mas que devem viver isso com responsabilidade.

O uso de drogas e substâncias psicoativas também é um grande desafio, já que, no momento que esse(a) jovem sair do Serviço de Acolhimento e buscar seus pares, irá encontrar muitos usando drogas. Não significa que todos(as) que estão na rua estão fazendo uso de substâncias, mas fazê-lo facilita muito pertencer e permanecer no mundo da rua, que é onde eles(as) vivem o máximo da liberdade e da violência e, depois, fica muito difícil seguir regras novamente.

FPT: *Quais são os avanços e os desafios na implementação de uma política pública efetiva voltada para os(as) adolescentes que estão no processo de desacolhimento?*

Dayse: Não devemos reduzir tudo ao Serviço de Acolhimento, que faz parte de uma rede. Portanto, acredito na necessidade de uma ação intersetorial e articulada com a sociedade civil. Hoje existe uma fragmentação da política, e é como se tudo ficasse reduzido à assistência social. É um grande desafio quando o(a) jovem sai do sistema de proteção e não tem mais ninguém pensando nele(a).

O(a) jovem deveria ter todo um arcabouço de aluguel, estudo, um recurso que desse para viver de uma forma digna e acompanhamento durante um tempo. Não chamaria de tutor(a), mas talvez um orientador(a), que acompanhe e tenha afeto por esse(a) jovem. Em outros países, como Portugal, esse acompanhamento vai até os 24 anos. Temos que mudar essa cultura de que aos 18 anos você está pronto(a), além de incentivar mais o senso de comunidade. Ou seja, o desafio para as políticas públicas é mudar o pensamento reduzido a só um tipo de família. É possível se reconhecer na família dos iguais, por exemplo.

A questão orçamentária é outro ponto e, também, deve-se olhar não só para crianças, mas para as juventudes. É muito importante promover esse diálogo entre o ECA e o Estatuto da Juventude, para assegurar direitos aos(as) jovens.

FPT: *Como você avalia a importância da atuação de organizações da sociedade civil nessa causa no Brasil? Qual a relevância de iniciativas como o “Projeto Caminhos para a Autonomia” para os(as) adolescentes que estão em fase de desacolhimento?*

Dayse: Acho fundamental pensarmos nessa relação que o ECA já estabelece de uma política que precisa ser feita de forma articulada entre governo e sociedade civil, o que eu acredito que deve ocorrer nos conselhos paritários, como o Conanda, os conselhos municipais e estaduais, que hoje estão muito esvaziados. São espaços para pensar política no município e analisar quantos projetos e propostas devem ser desenvolvidos por organizações da sociedade civil, em parceria com o Estado, para se tornar política pública.

Trata-se de aprender e valorizar a experiência acumulada com tudo o que já foi e está sendo realizado no país. Acho que, mais do que nunca, a sociedade civil precisa estar junto com o Estado, em uma relação não de oposição, mas de complementaridade.

É importante que a sociedade tome conhecimento de iniciativas como o projeto da **Fundação Travessia**, pois muitas podem, depois de uma análise de impacto, realmente se tornar política pública a partir de propostas efetivas.

FPT: *Trata-se de um assunto complexo, com questões muito desafiadoras. Qual mensagem fica para quem atua nesse campo?*

Dayse: Gostaria de encerrar com o conceito de *esperança*, trazido pelo educador Paulo Freire. Quando fazemos um diagnóstico da realidade e do contexto desse tema, não é para desanimarmos. Pelo contrário. Devemos arregaçar as mangas, conhecer os buracos e promover pontes.



4 O Projeto Caminhos para a Autonomia



Me sentia vazia
Me sentia sozinha
Mas encontrei
uma luz na
escuridão



Um lugar para chamar de lar
Um lugar para sentir gratidão
Vocês me trouxeram alegria
Foram minha segunda família
Vocês sempre estarão no meu coração
Espero que eu também esteja nos seus.
Vocês me ensinaram uma grande lição.
Espero que isso não seja um adeus!"

(adolescente participante do Projeto Caminhos para a Autonomia)



É uma missão desafiadora resumir em poucas palavras o trabalho realizado pelo **Projeto Caminhos para a Autonomia**, desenvolvido pela Fundação Projeto Travessia. Isso porque a iniciativa teve como principal objetivo promover o preparo de adolescentes, entre 15 e 18 anos, para que fossem desabrigados(as) de forma segura e qualificada, ou seja, aptos(as) à travessia para a vida em família e comunidade com autonomia.

Realizado de setembro de 2021 a agosto de 2023, foi inicialmente apresentado à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e, posteriormente, aos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de cinco regiões da cidade de São Paulo – Pinheiros, Butantã, Pirituba, Itaim Paulista e Vila Prudente – para serem interlocutores junto aos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICAs) e às Casas Lares das regiões. O **Projeto Caminhos para a Autonomia** se propôs a atender diretamente 30 adolescentes, entre 15 e 18 anos, além de cerca de 150 beneficiários indiretos, como irmãos, familiares e atores envolvidos no processo de desacolhimento, com repasse de uma bolsa pedagógica mensal.

4.1. Motivações iniciais

O desenvolvimento de ações como o **Projeto Minha Casa Meu Lugar**, entre 2006 e 2008, que se tornou política pública, e a realização do **Projeto Âncora - Família e Cidadania**, entre 2016 e 2018, possibilitou que a Fundação Projeto Travessia pensasse no desenho do **Projeto Caminhos para a Autonomia**.

Durante a realização do **Projeto Âncora - Família e Cidadania**, notou-se que as crianças não apresentavam tanta demanda por acompanhamento por parte da equipe de educadores(as), tendo em vista o trabalho desenvolvido pelas Varas da Infância, já que o grupo tem mais chances de adoção nessa idade e, portanto, é acompanhado de forma mais próxima e com urgência.

Porém, o cenário com os(as) adolescentes era diferente, uma vez que já estavam em uma fase de encaminhamento para a saída do acolhimento.

A Fundação Travessia verificou, ao longo do Projeto Âncora, que os(as) adolescentes próximos(as) de completarem 18 anos enfrentavam momentos de insegurança e incertezas, necessitando de um maior suporte. Esse diagnóstico norteou o Projeto Caminhos para a Autonomia e ajudou no processo de planejar a nova iniciativa.

A voz dos(as) educadores(as)*

* Com o objetivo de aprofundar discussões e compartilhar as experiências do Projeto Caminhos para a Autonomia, serão apresentados, ao longo do texto, trechos de depoimentos dos(as) educadores(as) e da equipe gestora que participou da iniciativa. São eles(as): Almir da Silva Godoi, Camila Assis do Vale, Gabriela Milaré Camargo, Kátia Mercadante Catão Bastos, Rafael Duarte de Sousa e Tânia Maria Lima Silva.

“Nesta fase, dos 15 aos 18 anos, vemos o comportamento dos(as) adolescentes mudar. Há muita dificuldade em lidar com o marco da maioridade. Para eles(as), é como se fosse o chão abrindo, sempre uma projeção dessa cobrança para que sejam adultos, trabalhem e paguem contas. Ficou muito explícito para nós que se trata de uma fase de conflitos, de criar identidade, e vemos como isso traz muitos desafios aos Serviços.”

Gabriela Milaré, educadora do Projeto



Gabriela Milaré, educadora do Projeto

A adolescência está longe de ser uma fase tranquila. São muitas as mudanças físicas e psicológicas, internas e externas, que acabam trazendo grandes questionamentos e dúvidas. A esse contexto, já desafiador, soma-se o cenário dos(as) adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Ao se aproximarem dos 18 anos e, portanto, chegarem à maioridade, os(as) adolescentes passam a não ser mais atendidos(as) pelos SAICAs e Casas Lares. Essa perspectiva de saída é permeada por incertezas, já que nem todos(as) os(as) acolhidos(as) têm a possibilidade de voltar para suas famílias.

A voz dos(as) educadores(as)

Os Serviços de Acolhimento são apenas uma parte da política de acolhimento de crianças e adolescentes, ao passo que as políticas públicas também precisam observar e propor diretrizes para um desacolhimento seguro.

“Quando falamos sobre desacolhimento, há uma falta de políticas públicas. Quando os(as) adolescentes que estão muito tempo institucionalizados(as) e não têm rede de apoio completam 18 anos e devem sair do Serviço, quais são suas opções? Para onde vão? Percebemos que, quando alcançam a maioridade, uma gama de Serviços vai evaporando. Se ele(a) está no SAICA, pode ir para a República Jovem, onde tem outras regras, a cobrança de trabalhar e dar conta.”

Almir Godoi, educador do Projeto

“Muitos jovens têm o suporte da família e de amigos e, mesmo assim, enfrentam o momento da chegada da maioridade de forma angustiante. Para esses(as) adolescentes do Projeto Caminhos que, muitas vezes, não têm rede de apoio e uma perspectiva de retorno familiar, a travessia se torna ainda mais complexa.”

Camila Vale, educadora do Projeto

“Talvez o Caminhos para a Autonomia tenha vindo mostrar a falta de políticas públicas a partir dos 18 anos, porque até essa idade há muito acompanhamento, que pode não ser com tanta qualidade, mas existe. Mas e depois? Precisamos pensar em uma política efetiva. Que tipo de acolhimento pode ser dado a pessoas depois dos 18? As Repúblicas Jovens ainda têm falhas, são reduzidas e não acolhem mães com filhos, por exemplo.”

Rafael Duarte, educador do Projeto



Almir Godoi, educador do projeto



Fala aí:
o(a) adolescente
é quem diz!

“É muita crítica o tempo
todo. Não reconhecem as
coisas boas que fazemos.”

“É muita pressão o tempo todo e
não é fácil viver assim.
Toda hora eles falam: você precisa
ir à escola, fazer curso, trabalhar.”

“Não temos
liberdade nenhuma.
Me sinto presa.”

Há muitas dificuldades que vivenciamos
para conquistar a nossa autonomia:
falta de confiança dos adultos; falta de
liberdade; não somos ouvidos(as); não
podemos expor nossas opiniões; muitas
regras a seguir; muita pressão; falta de
dinheiro e de trabalho.

“O adulto precisa confiar na
gente. Confiar que vamos sair, mas
vamos voltar. Confiar que vamos
fazer o que foi pedido. Confiar
que somos capazes.”

4.2. Novas rotas: a pandemia de Covid-19

Assim como inúmeras iniciativas, o **Projeto Caminhos para a Autonomia** precisou fazer adaptações em seu planejamento e cronograma em razão da pandemia de Covid-19.

Os altos índices de contaminação pelo vírus, na época, demandaram cuidados rigorosos em termos de saúde, o que acarretou a realização de atividades iniciais de maneira *online*. Apesar de desafios técnicos e da dificuldade de criar laços de forma virtual, mesmo entre os(as) profissionais do Projeto, que ainda não se conheciam, a experiência rendeu aprendizados, como a compreensão de que é possível realizar as atividades de forma híbrida, ou seja, presencial e *online*, conforme a necessidade.

Curta-metragem, nuvem de palavras e trabalho com avatares e caricaturas foram algumas das estratégias utilizadas nos primeiros encontros *online* com os(as) adolescentes. Entretanto, devido à falta de privacidade enfrentada para fazer os atendimentos nos Serviços de Acolhimento, a equipe avaliou a necessidade de iniciar as atividades presenciais no início de 2022. Além disso, a iniciativa do uso do aplicativo WhatsApp por parte da equipe do Projeto com os(as) adolescentes facilitou os contatos de atendimentos.



4.3. A chegada dos(as) adolescentes

Neste momento, foi solicitado aos SAICAs que enviassem à Fundação os relatórios dos(as) adolescentes que fariam parte do Projeto. No entanto, não foi alcançado o número suficiente para completar as 30 vagas. Então, a Fundação convidou as Casas Lares dos territórios de abrangência do Projeto a compor as vagas restantes.

Depois dessa etapa inicial, houve o levantamento dos processos com as Varas da Infância e da Juventude, com eventual atualização dos relatórios analíticos e propositivos. A partir do momento que as parcerias com os Serviços de Acolhimento foram firmadas, tiveram início as reuniões, para desenvolver os chamados “estudos de caso”.

Em conjunto com os(as) técnicos(as) dos acolhimentos institucionais, que tinham maior conhecimento sobre a trajetória individual de cada adolescente, a equipe do Projeto construiu um planejamento para sinalizar estratégias a serem utilizadas durante o período de acompanhamento, bem como os pontos que deveriam ser priorizados. O objetivo foi destrinchar o processo de desacolhimento institucional para cada caso, estudando todas as possibilidades de encaminhamento dos(as) adolescentes a partir da saída dos Serviços.

4.4. A autonomia e a importância do lugar do erro

O nome escolhido para a iniciativa - **Caminhos para a Autonomia** - diz muito sobre sua intencionalidade de promover ações de apoio e orientação a adolescentes, entre 15 e 18 anos, em acolhimento institucional, visando o preparo para a autonomia.

“ Usamos Caminhos para a Autonomia, no plural, por entender que não existe um caminho só. ”

Para os(as) adolescentes que estão se desenvolvendo em um Serviço, como conseguem ser eles(as) mesmos(as), ter a sua própria individualidade, seu jeito, suas escolhas e desejos, e não ser comparados uns(umas) aos outros(as)? Isso acontece até pela régua do Judiciário. Nos grupos e nos atendimentos individuais, vimos como as atividades do Projeto foram dando mais espaço para esse individual. Isso é muito rico e, muitas vezes, a institucionalização tira.”

Gabriela Milaré, educadora do projeto

Os(as) educadores(as) reforçam que adolescentes em situação de acolhimento institucional enfrentam múltiplos desafios particulares dessa condição, mas também tantos outros que são comuns na fase da adolescência, mesmo entre aqueles(as) que não vivem em Serviços de Acolhimento.

Inúmeras demandas foram trazidas pelos(as) adolescentes, que permitiram aos(as) educadores(as) trabalharem amplamente a noção de autonomia, que para além do “mundo do trabalho”, dizem respeito à questões de confiança e de sobrevivência.

Nesse sentido, foi importante garantir que tivessem assegurado seu direito à autonomia de fazer escolhas, aprender, testar, incentivar seus acertos e possibilitar, também, o lugar do erro, para que, caso fosse necessário, pudessem voltar atrás e começar de novo.



A voz dos(as) educadores(as)



O Projeto teve um olhar sensível para o leque de desafios enfrentados pelos(as) adolescentes, que dizia respeito não apenas ao fato de estarem em um Serviço de Acolhimento Institucional, mas também sobre questões comuns à fase da adolescência.

“ No espaço do Projeto, muitas vezes, conseguimos refletir como o racismo atua, algo que, em muitos casos, perpassa toda a trajetória desses(as) adolescentes, em sua maioria pretos(as). A questão de gênero também é muito forte com esse público. Tem as mães adolescentes que, às vezes, vivem jornadas triplas de estudar, fazer curso ou trabalhar e ser mãe. Onde fica a sua adolescência? O(a) adolescente fica cheio(a) de deveres e não consegue estar em outros espaços como no Projeto.”

Rafael Duarte, educador do Projeto

“São muitos desafios. Teve um caso em que uma adolescente tinha acabado de descobrir quem era o pai biológico, quando a vida inteira tinha achado que era outra pessoa. Acho que entramos muito em um lugar de escuta, de incentivar e falar que acreditamos neles e nelas. Uma outra menina comentou que gostava de pautas políticas, então a encorajamos a buscar o grêmio escolar de sua escola.”

Gabriela Milaré, educadora do Projeto

“Prezamos muito por ter esse vínculo de confiança para que o(a) adolescente tivesse um espaço de escuta. Não fomos com uma resposta pronta, mas colocávamos algumas interrogações para tentar ajudar a refletir e a terem esse olhar mais crítico.”

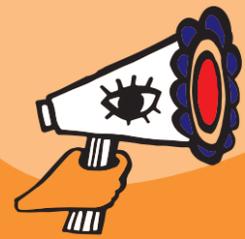
Almir Godoi, educador do Projeto



Rafael Duarte,
educador do Projeto

Ao ocupar, portanto, esse lugar de mostrar os caminhos possíveis e incentivar que os(as) adolescentes refletissem sobre suas escolhas, os(as) educadores(as) buscaram reforçar a autonomia, que apareceu em diversas situações de tomada de decisão por parte dos(as) adolescentes, desde a escolha por usar a bolsa pedagógica para comprar um celular, por exemplo, até em momentos de definição de futuro, quando optam por morar com uma família de sua comunidade, ir para a República Jovem ou seguir outro caminho de forma independente.





Fala aí: 
o(a) adolescente
é quem diz!

E sabem quais são os possíveis caminhos para que possamos adquirir nossa autonomia? Lá vai:

- * Ser responsável
- * Ter compromisso
- * Estudar
- * Fazer cursos extras
- * Trabalhar
- * Aprender a se locomover pela cidade
- * Aprender a administrar o próprio dinheiro
- * Saber viver em sociedade
- * Ter a confiança dos adultos

4.5. Educação financeira: as bolsas pedagógicas

As bolsas pedagógicas para os(as) adolescentes atendidos(as) foram depositadas mensalmente direto na conta individual de cada um(a) no valor de R\$385,00.

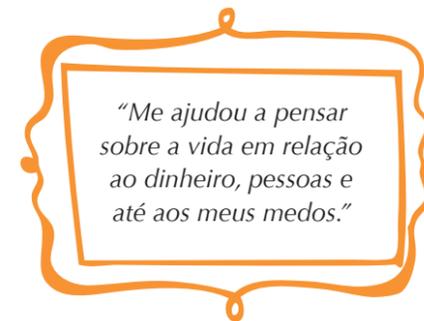
“Nossa intenção com a bolsa era que os(as) adolescentes pensassem sobre o uso responsável dos recursos,
” já que precisam ter minimamente um contato com dinheiro físico aos 18 anos para pagar contas, aluguel e ir ao mercado, por exemplo. Ajudamos a refletir: será que a bolsa é mesmo para pedir comida por aplicativo todo dia? Foi mais uma ferramenta de educação financeira.”

Tânia Lima, gerente do Projeto

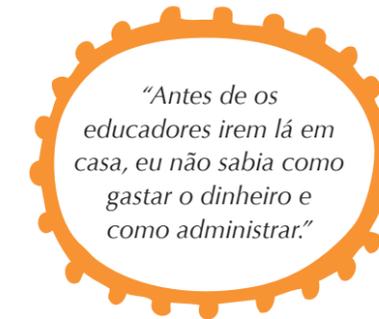
Ao longo do Projeto, a equipe procurou sempre mostrar a responsabilidade em utilizar a bolsa pedagógica no sentido de colaborar na autonomia dos(as) adolescentes.



“Foi importante participar desse projeto porque ajudou não só financeiramente, mas também a ter mais responsabilidade em administrar o dinheiro.”

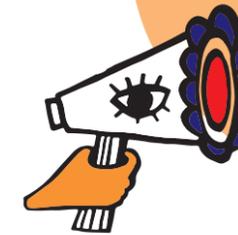


“Me ajudou a pensar sobre a vida em relação ao dinheiro, pessoas e até aos meus medos.”



“Antes de os educadores irem lá em casa, eu não sabia como gastar o dinheiro e como administrar.”

Fala aí: 
o(a) adolescente
é quem diz!



“Aprendi a saber como economizar.”



4.6. Estratégias, atividades e temáticas desenvolvidas

Considerando que o **Projeto Caminhos para a Autonomia** se orientou pelo conceito de horizontalidade, foi priorizado, durante sua execução, que as atividades fossem desenvolvidas junto com os(as) adolescentes, que contribuiriam sugerindo temas e pautas para os debates.

A realização de atividades lúdico-pedagógicas mensais se deu em grupo, bem como individualmente, para preparar os(as) adolescentes gradualmente para retorno e permanência no convívio familiar e comunitário ou emancipação. As propostas também foram desenvolvidas pensando na promoção de uma saída com mais qualidade dos Serviços de Acolhimento, diminuindo a angústia e a insegurança crescentes dos(as) adolescentes com a aproximação da maioridade e, conseqüente, desligamento dos Serviços.





A voz dos(as) educadores(as)

Um dos princípios do Projeto Caminhos para a Autonomia era promover um processo de “desacolhimento com segurança e enraizado nos fundamentos de cidadania plena”, que guiou a elaboração de todas as práticas.



“Para nós, interessa muito a parte da cidadania plena, que, enquanto equipe, tentamos desenvolver para além do mundo do trabalho. Focamos muito em fazer exercícios diferentes, como uma caminhada pela cidade, abordando questões como a mobilidade pelo metrô e ônibus, a ida até um espaço cultural que eles(as) não sabiam que podiam acessar, além de conversas sobre a história pessoal, para que percebessem que outras pessoas passam pelas mesmas coisas.”

Gabriela Milaré, educadora do Projeto

“Enquanto os Serviços de Acolhimento estão atrelados às estruturas e políticas de forma mais rígida, nós conseguimos mais margem no sentido de provocar e mostrar que existe um lugar diferente e um horizonte possível. A cidadania plena é uma construção diária e um processo contínuo, já que os valores vão mudando e precisamos nos atualizar.”

Rafael Duarte, educador do Projeto

4.6.1. Os atendimentos individuais

Cada adolescente participante do Projeto teve um(a) educador(a) de referência para acompanhar de perto sua trajetória e conhecer seu perfil e sua história com mais profundidade. Esse modelo de atuação facilitou a chamada personalização, isto é, que os(as) adolescentes pudessem criar vínculos e laços de confiança entre educador(a)-educando(a), e, assim, ter referências ao longo do Projeto.



A voz dos(as) educadores(as)

Os momentos de encontros individuais com os(as) participantes do Projeto foram potentes para que os(as) adolescentes se sentissem à vontade para expor questões de suas vidas, ao passo que os(as) educadores(as) provocaram reflexões, unindo o lúdico, o lazer, o cultural e as orientações.



“Os primeiros atendimentos fizemos nos SAICAs, porque ficamos receosos em sair com o(a) adolescente. Depois, tentamos combinar em uma praça, uma biblioteca ou algum lugar em que ele(a) tivesse interesse. Essas saídas mais pontuais eram elaboradas a partir do que traziam sobre o que gostavam ou não. Às vezes falavam: ‘quero conhecer o bairro da Liberdade, ou a rua 25 de março’.”

Almir Godoi, educador do Projeto



“Tem também a questão de o(a) adolescente ter a autonomia e se entender como sujeito dentro da cidade, de saber usar o transporte público, entender em qual ponto desce, que caminho usa e conhecer, não só o território onde mora, mas também outras regiões pela cidade, entendendo que ele(a) pode circular e não precisa de ninguém para fazer isso.”

Tânia Lima, gerente do Projeto



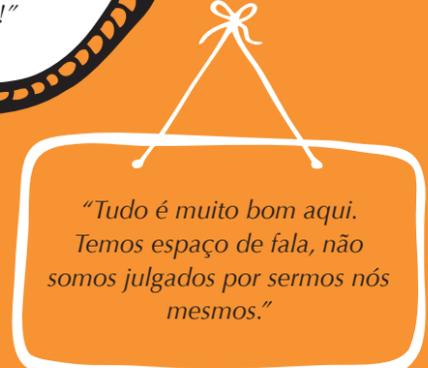
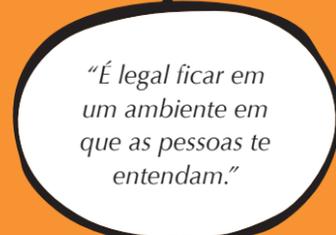
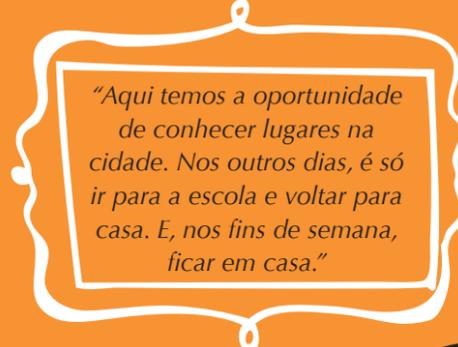
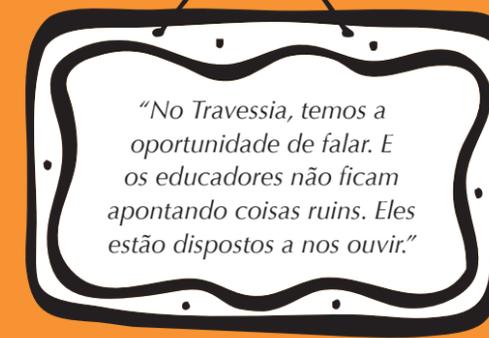
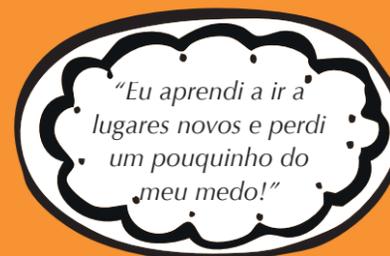
Tânia Lima, gerente do Projeto

Os(as) adolescentes se mostraram disponíveis para conversar com os(as) educadores(as) durante os encontros, trazendo questões sobre relacionamentos afetivos e familiares, vivências cotidianas nos SAICAs, acesso e rotina em cursos profissionalizantes e, também, de decisões sobre a vida em geral. A posição dos(as) educadores(as) foi sempre de escuta, ajudando os(as) adolescentes a entenderem seus contextos e realidades e colaborando para que eles(as) refletissem sobre suas decisões.



Fala aí:
o(a) adolescente
é quem diz!

Como nos sentimos
participando do projeto:



4.6.2. As oficinas e propostas em grupo

O Projeto desenvolveu oficinas de orientação para escolhas de formação técnica e universitária, bem como a preparação para o mundo do trabalho. Por isso, foram realizados encontros com discussões sobre o que os(as) adolescentes entendiam do assunto, quais as principais dúvidas e inquietações, o que gostariam de seguir como profissão, além de visitas externas, como ao Instituto Brasileiro de Educação e Trabalho (ISBET). Na ocasião, os(as) adolescentes conheceram o programa Jovem Aprendiz e as oportunidades de estágio oferecidas pela instituição para inserção no mercado de trabalho.



Entretanto, considerando a importância de preparar os(as) adolescentes de forma integral e não apenas no viés relacionado ao emprego, o Projeto também apostou em diversas outras atividades a partir de temas que os(as) educadores(as) julgaram pertinentes e de interesse entre os(as) adolescentes.

Um aspecto importante do Projeto foi potencializar os encontros dos(as) adolescentes nos grupos, onde foram trabalhadas vivências e trocas a respeito de questões identitárias, patriarcado, relação de gênero e, também, aspectos referentes ao racismo e às desigualdades sociais.

Outra estratégia utilizada pelo Projeto foi pensar sobre a mobilidade urbana com a intenção de os(as) adolescentes circularem pela cidade numa perspectiva de desenvolver a autonomia. Assim, foram realizadas várias saídas em atividades externas individuais e em grupo, como a vivência “Que cidade é essa?”, na qual percorreram o centro histórico da cidade de São Paulo, visitando alguns espaços como Vale do

Anhangabaú, Teatro Municipal, Galeria do Rock, Sesc 24 de maio, entre outros.

A proposta desta atividade, assim como das demais ações em grupo, foi refletir sobre a importância de ocupar os espaços da cidade e, também, ter um olhar crítico diante da contradição do município, com seus aspectos de riqueza e modernismos em contraste com a vulnerabilidade, a situação da população de rua e a mobilidade urbana, questão esta pensada desde o trajeto para as atividades, como o “locomover-se” e o “estar nas ruas.”



A voz dos(as) educadores(as)

Pensadas inicialmente em menor número, as atividades coletivas foram ganhando mais participação e demanda entre os(as) adolescentes e, por isso, passaram a acontecer mensalmente.



Os grupos foram dando, ao longo da realização do Caminhos, um contorno de identificação dos(as) adolescentes com o Projeto bem maior do que esperávamos e, para além dos atendimentos individuais, se tornaram o momento de maior interatividade e troca tanto entre pares quanto entre os(as) adolescentes e os(as) educadores(as)."

Camila Vale, educadora do Projeto



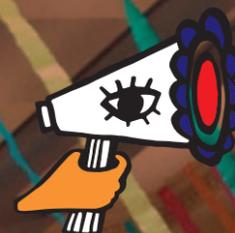
Camila Vale, educadora do Projeto

“... E desnaturalizar coisas que estão postas como muito óbvias, principalmente violências. Sempre que lembro desse relato eu me emociono. Uma adolescente que fazia parte do Projeto há pouco tempo comentou que aceitava qualquer coisa em um relacionamento, pois achava que tinha que agradar. Com isso, entrava em relações tóxicas. Depois da oficina sobre patriarcado, ela disse que conseguiu enxergar o mundo de forma diferente e percebeu certas coisas que não vai aceitar mais.”

Gabriela Milaré, educadora do Projeto

“Nas saídas por São Paulo, pudemos explorar e problematizar com eles(as), por exemplo, como esse cenário de riqueza e pobreza está tão presente.”

Almir Godoi, educador do Projeto



Fala aí:
o(a) adolescente é quem diz!

Foram muitas atividades ao longo dos meses. O que nós curtimos mais:

Futebol de sabão
Atividade de fotografia
Histórias para quem dormir
Todas as atividades
Festa de confraternização

Caminhada pelo centro de São Paulo

Roda de conversa sobre desafios e caminhos para a autonomia



Fala aí:
o(a) adolescente
é quem diz!

E por que gostamos dessas atividades?

Conhecemos novos lugares, pudemos expor nossas opiniões, tivemos a oportunidade de ouvir os colegas, aprendemos novas coisas, falamos sobre nossos medos e desafios comuns.

"A roda de conversa. Gostei muito de poder falar sobre os SAICAs."

"O momento que o Almir e o Rafael foram na nossa casa e ensinaram a como administrar o meu dinheiro."

"A atividade de fotografia foi mais marcante, porque é algo que gosto muito."

"A atividade individual em que fomos ao Zoológico!"

"Gostei da Galeria do Rock. É um lugar histórico e bonito!"

"Lembro da festa. Foi muito legal. Brinquei e me diverti bastante!"

"Este momento de hoje [roda de conversa] foi importante, pois muitas pessoas se identificaram comigo na hora de contar um pouco dos abrigos."

"Meu primeiro dia. Fui recebida com muito amor e simpatia."



4.7. Relacionamento com parceiros

Outra questão bem interessante no Projeto foi como a equipe, tendo aprendido em trabalhos anteriores, se articulou para adentrar nos Serviços de Acolhimento. Dessa vez, o cuidado em apresentar o Projeto a ser desenvolvido e combinar os limites de cada profissional envolvido no processo dos(as) educandos(as) foi mais exitoso.

Os acompanhamentos de cada caso sempre foram realizados pela equipe, levando-se em consideração as agendas dos(as) adolescentes, bem como as das equipes técnicas dos Serviços para pensar as atividades.

A relação entre o Projeto Caminhos, os SAICAs e as Casas Lares foi importante também para que os(as) educadores(as) pudessem relatar e trazer elementos aos Serviços sobre questões percebidas durante os atendimentos com os(as) adolescentes.

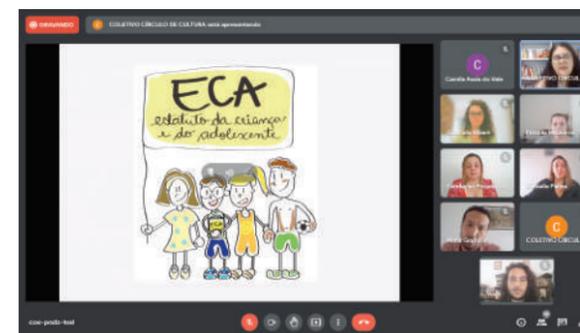
Notamos que alguns(as) adolescentes apresentavam certas dificuldades no aprendizado.

“Acredito que isso acontecia muito por conta da própria condição que a instituição escolar o(a) colocava, em um lugar que não é acolhedor, que cobra e coloca condições e pressão sobre os(as) adolescentes.”

Tânia Lima, gerente do projeto

Tendo em vista a parceria estabelecida com os Serviços de Acolhimento, um dos escopos do **Projeto Caminhos para a Autonomia** foi a capacitação de ambas as equipes, assim como de toda a rede parceira, para que, de forma conjunta, pudessem se preparar para o trabalho de desacolhimento, superando as dificuldades das conjunturas que surgiram.

Durante o Projeto, foram realizadas formações, com temas relevantes sobre as especificidades da adolescência dentro do Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes. Os assuntos discutidos nos encontros foram: “Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes (SAICAs)”; “Adolescência vivida versus adolescência sofrida”; “As especificidades do trabalho com adolescentes nos SAICAs e Casas Lares”; “Adolescência no contemporâneo, questões acerca da autonomia, medicalização e precariedade”.



O contato ao longo do Projeto também mostrou que, apesar de pertencerem a uma política pública que conta com normas e diretrizes técnicas, há grandes diferenças de funcionamento entre os Serviços de Acolhimento, que variam, principalmente, a depender das equipes presentes em cada SAICA local.





A voz dos(as) educadores(as)

Apesar de o foco do Projeto ser o relacionamento e o preparo com os(as) adolescentes atendidos(as), o contato e a articulação com os SAICAs e as Casas Lares foram fundamentais para potencializar o trabalho, com cada instituição atuando dentro de suas possibilidades.



Foi interessante notar, através das falas dos(as) educadores(as) sociais que leram os relatórios enviados pelos SAICAs antes de conhecer os(as) meninos(as) que seriam atendidos(as) pelo Projeto, que os mesmos tiveram algumas impressões que não se confirmaram quando finalmente conheceram os(as) adolescentes... Foi interessante perceber a importância das suas vivências."

Kátia Bastos, gestão de pessoas do Projeto

"Costumamos dizer que ocupamos um lugar diferente, privilegiado, porque não estávamos junto com eles(as) todos os dias, quando o(a) adolescente está mal humorado(a) ao acordar, por exemplo. Estávamos em um lugar de encontro. Ficamos com esse espaço para que ele ou ela se sentisse à vontade e pertencente e participasse da proposta."

Almir Godoi, educador do Projeto

"Os SAICAs têm inúmeros desafios inerentes ao Serviço acontecendo todos os dias. Quando fizemos os encontros, por ter esse trabalho mais individualizado, conseguimos perceber questões importantes dos(as) adolescentes. Entendemos que as demandas do Serviço de Acolhimento são muito grandes, mas, com a gente, foi um lugar no qual não havia tanta pressão, e eles(as) puderam ir se descobrindo."

Rafael Duarte, educador do Projeto

4.8. Aprendizados e resultados

Um dos grandes desafios do **Projeto Caminhos para a Autonomia** foi trabalhar questões tão complexas em um espaço de tempo relativamente curto. Sem dúvida, o acesso às famílias representou um grande desafio para toda a equipe. Cerca de 45% dos(as) adolescentes estavam com destituição de seu poder familiar, o que dificultou e/ou inviabilizou o trabalho a ser realizado com as famílias e responsáveis, bem como a aproximação da equipe do Projeto das mesmas.

Além disso, parte dos(as) adolescentes, mesmo mantendo algum tipo de contato com suas famílias, entendiam que as mesmas não teriam



condições de recebê-los(as) de forma segura e saudável e viam naquele momento a sua "permanência no Serviço de Acolhimento Institucional" como a melhor opção.

A Fundação Projeto Travessia sabe da importância do trabalho a ser realizado junto às famílias para que os(as) adolescentes tenham sua reinserção integral e plena, assim como respeitar o desejo dos(as) educandos(as) atendidos (as) pelo **Projeto Caminhos para a Autonomia**. Desta forma, os casos que não foram projetados para o retorno familiar e comunitário, foram trabalhados para que os(as) adolescentes alcançassem uma

vida autônoma após a saída dos Serviços de Acolhimento.

Ao final desses 24 meses da iniciativa e muitas reflexões, os(as) educadores(as) sociais apontaram as principais fortalezas, potências e acertos, bem como experiências e aprendizados acumulados na vivência tanto com os(as) adolescentes participantes, como na articulação com os SAICAs e as Casas Lares, no trabalho em equipe, na importância de saber ouvir e fazer concessões, e procurar a melhor forma de orientar os(as) adolescentes.



Acredito que os(as) adolescentes que participaram do Projeto, muitos(as) com histórico de rejeição

e abandono, puderam perceber o quanto eles(as) são importantes para outras pessoas e o quanto estivemos, ao longo do processo, preocupados(as) em oferecer a eles(as) ferramentas para seguirem seus caminhos de forma mais leve e empoderada. Creio que, através de nossas atividades, muitos(as) perceberam suas potencialidades e que acreditamos que são capazes de conquistar o que quiserem."

Camila Vale, educadora do Projeto



Confira os principais números do Projeto

- ☉ **43** adolescentes atendidos(as) diretamente
- ☉ **62** atividades externas realizadas com os(as) adolescentes
- ☉ **214** atendimentos individuais realizados com os(as) adolescentes (presencial e/ou online)
- ☉ **716** contatos com os(as) adolescentes (WhatsApp e/ou telefone)
- ☉ **106** estudos de casos (presencial e/ou online)
- ☉ **1.592** contatos com os SAICAs e Casas Lares (WhatsApp, telefone e/ou e-mail)
- ☉ **12** Grupos com Adolescentes - média de 15 adolescentes por grupo
- ☉ **04** Oficinas Mundo do Trabalho - média de 15 adolescentes por grupo
- ☉ **03** Formações entre a equipe do Projeto Caminhos e a Rede parceira - média de 20 profissionais por formação
- ☉ **05** Formações internas para equipe do Projeto Caminhos para a Autonomia
- ☉ **101** Reuniões da equipe Projeto Caminhos para a Autonomia

Aprendizados

Assertividade em trabalhar com adolescentes nessa faixa etária

O Projeto se mostrou relevante para a vida dos(as) adolescentes em processo de desacolhimento, que necessitam de um olhar mais cuidadoso com a chegada da maioridade. O suporte para esses(as) adolescentes que, muitas vezes, não têm rede de apoio nem uma perspectiva de retorno familiar, é fundamental para que essa travessia não se torne ainda mais complexa.



Limites, potências e a contribuição do Projeto

Diante do desafio da falta de tempo hábil para realizar muitas propostas individuais e coletivas, os(as) educadores(as) sociais passaram a compreender melhor a real contribuição do Projeto para a vida dos(as) adolescentes. A ideia da iniciativa passou a centrar-se no lugar de promover reflexões e discutir questões sobre as quais os(as) adolescentes não tinham se atentado anteriormente, sem necessariamente ter um encaminhamento ou uma cobrança por um posicionamento.

Reordenamento dos(as) adolescentes e expansão para além das cinco regiões

Os(as) adolescentes podem ser transferidos(as) entre SAICAs e Casas Lares por diversos motivos, como situação de risco no território e conflitos ou, ainda, desrespeito às regras dentro dos Serviços. Tal reordenamento pode levar à fragilização de vínculos afetivos, territoriais e escolares, assim como ao não pertencimento, que os(as) coloca ainda em maior vulnerabilidade.

O Projeto teve que lidar com algumas situações como essas e, assim, se organizou para garantir que os(as) adolescentes pudessem continuar sendo atendidos(as) em outras regiões não previstas no escopo inicial, incluindo outro estado. Essa vivência demonstrou à equipe a urgência e necessidade das mudanças de rota para garantir o atendimento a todos(as) sempre.



O começo do caminho

Ao dar início às atividades, a equipe criou alguns critérios para nortear a inclusão dos(as) adolescentes, optando também por educandos(as) a partir dos 17 anos e seis meses. No entanto, já no primeiro momento, por ocasião de abertura das contas bancárias para recebimento das bolsas pedagógicas, foi necessário esperar cerca de quatro meses para sua conclusão e, em alguns casos, os(as) educandos(as), até, já tinham deixado o serviço.

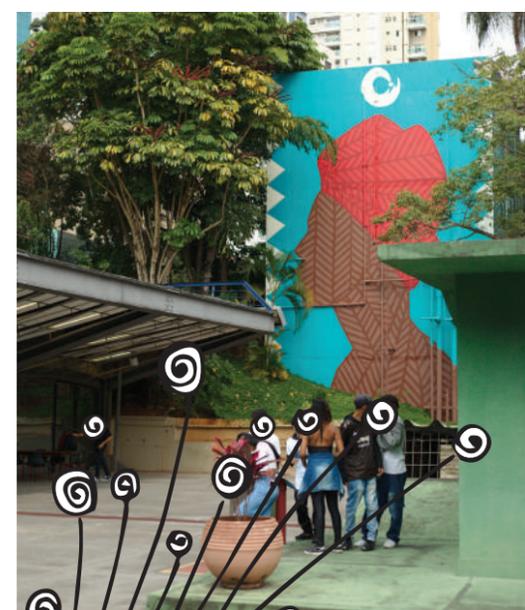
Após cerca de um ano de desenvolvimento do Projeto, a equipe notou que os resultados foram mais exitosos após um período mínimo de participação do(a) educando(a). Sendo assim, conforme abriram novas vagas, já que eram contínuas, foram priorizados os casos que pudessem respeitar esse período. Dessa forma, na segunda metade do Projeto, a iniciativa contou com a participação dos(as) adolescentes de até 17 anos recém-completos.

Importância de um lugar livre, de escuta e de respeito

Os(as) educadores(as) sociais também notaram o quanto são fundamentais espaços onde os(as) adolescentes possam ser vistos(as) e ouvidos(as), com a segurança de que não serão julgados(as), cobrados(as) ou, até mesmo, punidos(as) por suas falas e opiniões. Assim, o Projeto buscou ser um espaço no qual os(as) educandos(as) pudessem vivenciar sua adolescência, uma etapa fundamental da transição para a vida adulta, possibilitando que experimentassem descobrir quem são.

O olhar aos(as) adolescentes LGBTQIA+ institucionalizados(as)

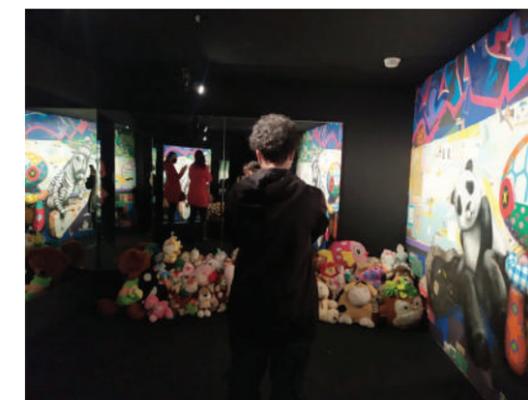
O Projeto teve vivência com adolescentes LGBTQIA+, o que reforçou aos(as) educadores(as) a importância de pensar nesse público dentro dos Serviços de Acolhimento Institucional. A equipe aponta que os(as) adolescentes souberam resolver eventuais conflitos em razão de questões de gênero, além de notar que, os acolhimentos proveram encaminhamento aos Serviços competentes para que esses(as) adolescentes pudessem ser acompanhados(as) da forma correta. Entretanto, se fazem necessárias mais formações, debates e reflexões sobre os melhores caminhos para abordar o tema.



Resultados e diferenciais

Desenvolvimento da proatividade e protagonismo

Ao longo do desenvolvimento do Projeto, alguns(as) adolescentes passaram a assumir um lugar de mais protagonismo e proatividade na articulação com as equipes dos SAICAs e das Casas Lares. Se, antes, muitos(as) pediam que os(as) educadores(as) do Projeto Caminhos intermediassem pedidos aos(as) profissionais dos Serviços de Acolhimento, com o passar do tempo, os(as) próprios(as) adolescentes passaram a fazer esses diálogos.



A bolsa pedagógica enquanto fator de vivência e de consciência financeira

Grande parte dos(as) adolescentes do Projeto não havia tido ainda experiência de trabalho que lhes possibilitasse ter renda. Assim, o primeiro contato com algum tipo de ganho financeiro foi bastante relevante para os(as) educandos(as). O repasse mensal da bolsa pedagógica foi algo que permitiu aos(as) adolescentes vivenciar experiências do mundo adulto e ter maior consciência financeira. Essa vivência com o dinheiro foi significativa para suas vidas no que tange almejar e projetar sonhos, como exemplo a compra de um celular ou pensar em pagar seu aluguel. Isso mostra o quanto é possível trabalhar a autonomia diante das suas fragilidades e medos ao completar a maioridade. Os equívocos com o dinheiro também serviram como aprendizado para os(as) adolescentes.

Políticas públicas consistentes para adolescentes em processo de desacolhimento institucional

Uma das diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) é o investimento em políticas públicas de atenção à família, em um movimento de promover a manutenção dos vínculos familiares e comunitários com crianças e adolescentes e, com isso, romper com a cultura de institucionalização.

Nesse sentido, além de refletir sobre possíveis estratégias para evitar que crianças e adolescentes sejam institucionalizados(as) e separados(as) dos cuidados parentais, é fundamental buscar alternativas para que Serviços de Acolhimento por todo o país possam, de fato, atuar baseados fundamentalmente no melhor interesse dos(as) acolhidos(as).

Ao longo do Projeto, foram atendidos também casos de adolescentes gestantes que, ao completarem 18 anos, foram desligadas dos Serviços e tiveram que deixar seus(as) filhos(as) nos acolhimentos. Isso mostrou o quanto é fundamental a existência de políticas públicas que acolham mães e filhos(as) e não promovam este afastamento.

Além disso, os(as) educadores(as) avaliam que faltam políticas públicas que destinem atenção adequada aos(às) jovens recém-saídos(as) de Serviços de Acolhimento, permitindo que sejam melhor acompanhados(as) e tenham sua adaptação aos novos serviços (Repúblicas Jovens) facilitada.

Diante do que foi apontado anteriormente, o Projeto ressalta a necessidade de oferta de outras opções de desacolhimento, para além de uma nova institucionalização, e que essas caminhem para a garantia integral dos direitos desta população.



Expediente

Fundação Projeto Travessia

DIRETORIA

Lucimara Venerando Malaquias - DIRETORA PRESIDENTE
Marta Soares dos Santos - DIRETORA VICE-PRESIDENTE
Francisco Carlos Pugliesi - DIRETOR FINANCEIRO ADMINISTRATIVO
Maria de Lourdes Alves da Silva - DIRETORA
Juliana Carminato Nascimento Gava - DIRETORA

CONSELHO FISCAL

Maria Rosani Gregorutti A. Hashizumi - MEMBRO EFETIVO
Silmara Antônia da Silva - MEMBRO EFETIVO
Kardec de Jesus Bezerra - SUPLENTE

CONSELHO CURADOR

Gilmar Carneiro dos Santos - PRESIDENTE
Camilo Fernandes dos Santos - VICE-PRESIDENTE
Willame Vieira de Lavor - SECRETÁRIO

Agradecimentos

Ernesto Shuji Izumi
DIRETOR PRESIDENTE (2021/2023)
Carlos Miguel B. Damarindo
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO (2021/2023)
Fernanda Lopes de Oliveira
DIRETORA (2021/2023)
Dionísio Reis Siqueira
SECRETÁRIO DO CONSELHO CURADOR (2021/2023)
Kátia M. Catão Bastos
COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO PROJETO TRAVESSIA
Danielle Pallini Morais
EX-EDUCADORA SOCIAL DO PROJETO LUME CENTRO DA FUNDAÇÃO PROJETO TRAVESSIA
Clóvis Tadeu Dias
EX-COORDENADOR E IDEALIZADOR DO PROJETO CAMINHOS PARA AUTONOMIA, DA FUNDAÇÃO PROJETO TRAVESSIA
Deise Fernandes Nascimento
SUPERVISORA TÉCNICA - 2021/2023

Projeto Caminhos para a Autonomia

GERENTE DE PROJETOS

Tânia Maria Lima Silva

EDUCADORES(AS) SOCIAIS

Almir da Silva Godoi
Camila Assis do Vale
Gabriela Milaré Camargo
Rafael Duarte de Sousa

ADMINISTRATIVO

Milena Leila da Silva

Elaboração da publicação

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Estúdio Cais – Projetos de Interesse Público

EDIÇÃO

Daniele Próspero

TEXTO

Maria Victória Oliveira
Daniele Próspero

REVISÃO

Marta Pachilla Martinez e Rodrigo Bueno

FOTOGRAFIA

Mauricio Virgulino

PROJETO GRÁFICO, ILUSTRAÇÕES E DIAGRAMAÇÃO

Marcela Weigert Braga



Equipe Projeto Caminhos para a Autonomia:

Almir Godoi, Gabriela Milaré, Tânia Lima, Camila Vale e Rafael Duarte

O Projeto Caminhos para a Autonomia é uma realização da Fundação Projeto Travessia, com financiamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura de São Paulo.

FUNDAÇÃO PROJETO TRAVESSIA
Endereço: Rua São Bento, 365 - 19º andar
CEP: 01011-903 | São Paulo - SP
Telefone: (11) 2117-1059
travessia@travessia.org.br
www.travessia.org.br
Facebook: @protravessia
Instagram: @fundacaoprojetotravessia



Fala aí:
o(a) adolescente
é quem diz!

O que aprendemos e vamos levar para a vida:

- Ter autonomia
- Saber se expressar melhor
- Se locomover mais facilmente pela cidade
- Mais conhecimentos sobre o futuro
- Saber como administrar o dinheiro
- Trabalhar em equipe
- Saber ouvir e respeitar as opiniões
- Olhar o mundo de outra forma

“Ah, o que eu aprendi? Autonomia, respeito, humildade e principalmente amor!”

“O Projeto me trouxe sabedoria e muita experiência. Foi a melhor coisa que aconteceu em toda a minha vida!”

Realização



Elaboração da publicação

